

**AS AÇÕES DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL (SENAR) NOS TERRITÓRIOS DO RIO GRANDE DO NORTE NO ANO DE 2020****THE ACTIONS OF THE NATIONAL RURAL LEARNING SERVICE (SENAR) IN THE TERRITORIES OF RIO GRANDE DO NORTE IN 2020****LAS ACCIONES DEL SERVICIO NACIONAL DE APRENDIZAJE RURAL (SENAR) EN LOS TERRITORIOS DE RIO GRANDE DO NORTE EN 2020**Vívian Menezes da Silva<sup>1</sup><https://orcid.org/0000-0003-2177-9271>Emanoel Márcio Nunes<sup>2</sup><https://orcid.org/0000-0002-9045-887X>**Submissão: 10/01/2021 / Aceito: 27/01/2022 / Publicado: 31/03/2022.****Resumo**

O presente artigo possui como objetivo identificar a contribuição do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural SENAR/RN na formação profissional dos trabalhadores inseridos no meio rural do estado do Rio Grande do Norte. Os dados utilizados na construção do artigo foram extraídos junto a entidade objeto do estudo e o tratamento dos dados foram realizados através do software Excel 2013 para uma melhor discussão e análise dos mesmos. A partir dos dados utilizados observou-se um importante papel do SENAR/RN no que tange a redução das disparidades sociais causadas pelos baixos índices educacionais que são considerados um entrave no processo de crescimento e desenvolvimento econômico das nações. No entanto, é correto informar que, apesar da unidade regional da entidade estar localizada apenas na capital do estado, na cidade de Natal, Rio Grande do Norte, as ações do SENAR alcançam todos os territórios do estado, conforme as demandas dos parceiros e contribuintes.

**Palavras-chave:** Educação; Desenvolvimento Econômico; Sistema S; Território.**Abstract**

This article aims to analyzing the contribution of the National Service for Rural Learning SENAR/RN in the professional training of workers in rural areas in the state of Rio Grande do Norte. The data used in the construction of the article were extracted from the object of the study and the treatment of the data was carried out using Excel 2013 software for a better discussion and analysis of the same. From the data used, an important role of SENAR/RN was observed in terms of reducing social disparities caused by low educational rates, which are considered an obstacle in the process of economic growth and development of nations. However, it is correct to inform that, although the entity's regional unit is located only in the state capital, in the city of Natal, Rio Grande do Norte, SENAR's actions reach all state territories, according to the demands of partners and taxpayers.

**Keywords:** Rural Education; Economic Development; System S; Territory.

<sup>1</sup>Mestra em Planejamento e Dinâmica Territoriais no Semiárido (PLANDITES/UERN). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. E-mail:menezesvivian123@gmail.com.

<sup>2</sup>Doutor em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRS). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. E-mail:emanoelnunes@uern.br.



### Resumen

Este artículo tiene como objetivo identificar la contribución del Servicio Nacional de Aprendizaje Rural SENAR / RN en la formación profesional de los trabajadores de las zonas rurales del estado de Rio Grande do Norte. Los datos utilizados en la construcción del artículo fueron extraídos del objeto de estudio y el procesamiento de los datos se realizó mediante el software Excel 2013 para una mejor discusión y análisis de los mismos. A partir de los datos utilizados, se observó un papel importante de la SENAR / RN en cuanto a la reducción de las disparidades sociales provocadas por las bajas tasas de educación, las cuales son consideradas un obstáculo en el proceso de crecimiento económico y desarrollo de las naciones. Sin embargo, es correcto informar que, si bien la unidad regional de la entidad está ubicada solo en la capital del estado, en la ciudad de Natal, Rio Grande do Norte, las acciones del SENAR llegan a todos los territorios estatales, de acuerdo con las demandas de socios y contribuyentes.

**Palabras Clave:** Educación rural; Desarrollo económico; Sistema S; Territorio.

### INTRODUÇÃO

A formação profissional no Brasil data ainda no período colonial com a chegada dos portugueses, e com eles a criação das primeiras atividades de educação para o trabalho com a criação dos colégios das fábricas possuindo como principal característica a ser direcionada aos menos afortunados. No período do Brasil Império, houve a criação dos Liceus de Artes e Ofícios e no período da República as escolas de Aprendizes Artífices. Essas escolas possuíam como objetivo preparar os trabalhadores para sua inserção no mercado de trabalho, mas sempre com um viés assistencialista e voltado para os mais vulneráveis da sociedade.

Após o advento da segunda guerra mundial o país deparou-se com uma série de dificuldades no tocante a importação de determinados produtos, especialmente bens de capital. Essas dificuldades desencadearam a criação de um conjunto de indústrias no Brasil e uma necessidade de trabalhadores qualificados especificamente para nelas atuarem, ocorrendo nesse período um crescimento quanto a criação de escolas profissionalizantes, como citado por Garcia (2000). Com a necessidade de trabalhadores cada vez mais qualificados, visando níveis crescentes de produtividade dos diversos setores econômicos do país (indústria, transportes, comércio, agricultura e cooperativas), a estratégia da formação profissional vem ao longo do tempo atuando no sentido de contribuir com o desenvolvimento desses setores da economia brasileira. Dessa forma, é de se considerar a existência de uma pressão por parte dos gestores e empreendedores, quanto a responsabilidade da formação profissional ser direcionada ao setor privado. É nesse contexto que surgem as entidades responsáveis pela formação profissional do Sistema S (Senai, Senat, Senac, Senar e SESCOOP).

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6746> | Edição Vol. 31, Núm. 57, 2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

O SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, instituído em 1993 é uma entidade de caráter privado que presta serviços de interesse público, sem fins lucrativos, mantida com recursos públicos e fiscalizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), sendo responsável pela formação profissional dos atores que residem no meio rural. A instituição integra o sistema constituído pela Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte (FAERN) e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). A relação entre educação e trabalho consolidou-se ainda no período da revolução industrial, em que com o advento do novo modelo de produção exigiu-se também um novo perfil profissional.

Frente as exigências do mercado, o contínuo desenvolvimento tecnológico e o processo de globalização da economia mundial, houve uma transição do modelo Taylor/fordista, visto como rígido, para um modelo mais flexível de produção econômica, onde os investimentos em capital humano ganham maior notoriedade. Para Schultz (1973), se não houvesse investimentos em capital humano haveria apenas o trabalho rude, manual e a reprodução da pobreza. E a ação do investimento em capital humano tem sido a contribuição do SENAR na formação profissional dos trabalhadores e apoio técnico aos produtores rurais do Estado do Rio Grande do Norte.

Com isso, a questão central que se coloca é: considerando as demandas que surgem dos municípios pela capacitação e apoio em atividades rurais, qual o alcance das ações de qualificação profissional do SENAR nos territórios rurais e da cidadania do Rio Grande do Norte? Como pressuposto, cabe ressaltar que, apesar de estar sediado na capital do Rio Grande do Norte, Natal, o SENAR possui uma atuação ampla de qualificação em praticamente todos os 167 municípios potiguares. E esse alcance acontece a partir do seu quadro de mais de 100 consultores que, por meio de metodologias específicas, se propõe a suprir e/ou amenizar as necessidades dos agricultores que costumam desempenhar suas variadas atividades no meio rural.

O presente artigo possui como objetivo identificar a contribuição do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural SENAR na formação profissional dos trabalhadores inseridos no meio rural do estado do Rio Grande do Norte no ano de 2020. As ações do SENAR buscam dar suporte de qualificação e muitas vezes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), com metodologias que levam o aprendizado sobre sistemas de controle financeiro de propriedades rurais, gerenciamento mais eficiente dos negócios rurais. Além destas ações, o SENAR incentiva processos de organização coletiva (associações, cooperativas, redes, etc.), desempenhando o papel de apoiar agricultores familiares e trabalhadores rurais na superação dos mais variados problemas,

como a seca, voltados a produção, cultivo e manejo de produtos que desafiam a atividade rural e que limitam, muitas vezes, a dinamização econômica no âmbito dos territórios rurais.

## FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

A Formação Profissional no Brasil possui algumas características desde o seu advento ainda no período Colonial, onde a responsabilidade de desenvolver habilidades para a prática de trabalhos manuais era destinada aos índios, escravos e caboclos, sendo estes considerados os primeiros aprendizes de ofício. Também havia relação com o caráter rudimentar dos trabalhos realizados no interior do chamado “Complexo Rural” brasileiro, em que grandes fazendas isoladas buscavam a autossuficiência. Nesse ambiente, conforme Nunes et al (2014), artesãos que dominavam habilidades como as de ferreiro, marcenaria, confecção de roupas para trabalhadores, de selaria e arreios, entre outras, produziam bens pouco sofisticados e de baixo custo, que as fazendas consideravam suficientes e necessários. Dessa forma, as pessoas se acostumaram a interpretar equivocadamente a posição de trabalhos e habilidades manuais como sendo atividades inferiores e direcionadas às pessoas de pouca condição social.

Ao longo da história brasileira, o que se percebeu é que a educação profissional sempre esteve associada às classes menos favorecidas e destinada à formação de mão de obra. As Leis Orgânicas da Educação Nacional, promulgadas entre 1942 e 1946, definem como objetivo do ensino secundário e normal “formar as elites condutoras do país”, relegando para o ensino profissional o objetivo de oferecer “formação adequada aos filhos dos operários, aos desvalidos da sorte e aos menos afortunados, àqueles que necessitam ingressar precocemente na força de trabalho”. No que concerne às relações entre educação e trabalho, àquela coube o papel de transmissão do conhecimento enciclopédico, e a esta, ainda amparada no escravismo, a formação de artífices, de menor relevo e importância. (PAULA e MACHADO, 2017, s/p).

Em 1809, com a chegada dos portugueses do qual possuíam como objetivo promover um desenvolvimento industrial no país, as primeiras atividades de formação profissional se deram pela criação dos colégios das fábricas. De acordo com Garcia (2000), esta foi a primeira iniciativa de formação profissional criada pelo poder público no país, e as estruturas dos colégios das fábricas funcionavam em oficinas militares, e eram direcionados aos órfãos e desvalidos.

Essa mesma perspectiva passou a ser ampliada com a criação dos Liceus de Artes e Ofícios, criados ainda no Brasil Império no período de 1822 a 1889, mantidas pela sociedade civil e pela igreja, além das escolas de Aprendizes Artífices com o decreto presidencial de 1909, onde foram criadas 19 escolas em diversos estados, no período da República, direcionadas aos menos favorecidos. Por volta do ano de 1910, de acordo com Garcia (2000) e Nunes *et al* (2014), se



apresentavam instaladas dezenove escolas com estruturas em situação bastante precária<sup>3</sup>, tanto de suas instalações como da insuficiente e frágil formação dos professores que atuavam. Esse público característico a que se destinavam os colégios das fábricas, ou seja, os mais pobres e desvalidos, persiste como uma marca negativa da educação e formação profissional brasileiras, constando em diferentes políticas e programas estatais implementados no país, em diferentes momentos de sua história e por diferentes governos (ARAÚJO, 2020).

Outro ponto a ser destacado é o da criação e realização de cursos noturnos de aperfeiçoamento, em que por se apresentarem esgotados do trabalho realizado durante o dia o rendimento e o desempenho dos estudantes aprendizes eram demasiados baixos. Estes cursos de aperfeiçoamento eram direcionados para trabalhadores que durante o dia desenvolviam suas atividades profissionais, e à noite já exaustos do trabalho diurno lhes eram ofertados cursos, a exemplo de desenho e do ensino primário, com a finalidade de melhorar o resultado do trabalho nas fábricas (GARCIA, 2000).

A partir da década de 1940, após a segunda guerra mundial, o país enfrentou diversas limitações no tocante a importações de alguns produtos, especialmente bens industriais. Sendo assim, a partir dos anos 1950 se instalou no Brasil uma significativa quantidade de indústrias e, conseqüentemente, passou a demandar uma maior quantidade de operários que necessitavam de formação profissional. Ocorreu nesse período uma aceleração no aumento de escolas profissionais, mas mesmo assim persistia a tradição de que a perspectiva da formação se destinavam aos menos favorecidos de fortuna (GARCIA, 2000).

Com a necessidade de trabalhadores mais qualificados para atuarem na indústria, há a transferência da responsabilidade da formação profissional do Estado para as mãos do poder privado (empresários), como destacado por Garcia (2000, p.7):

Em consequência do que já foi explicitado, justificado pela ineficiência do poder público na concretização e expansão do ensino secundário profissionalizante, a indústria, que pressionava para a criação de formas alternativas (mais rápidas) para a formação do trabalhador, criou-se um sistema de ensino paralelo ao sistema oficial, que foi organizado em convênio com as indústrias, através da Confederação Nacional das Indústrias – CNI. Criou-se então o Serviço Nacional dos

---

<sup>3</sup> Essa é uma das características históricas do não interesse e negligência por parte do Estado brasileiro em investir na oferta de uma educação pública de qualidade para os mais pobres, especialmente nas fases do ensino fundamental e médio. Principalmente no meio rural, as escolas que inicialmente eram instaladas, isso a partir das décadas de 1960 e 1970, recebiam as estruturas mais precárias existentes nas fazendas, onde muitas vezes a instalação não oferecia a menor condição de funcionamento para realizar ações de educação para crianças pobres filhas de famílias de agricultores.

Industriários, passando mais tarde a se chamar Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI.

Outras políticas como o Programa Intensivo de Preparação da Mão de Obra – PIPMO, no período militar de 1963 a 1982, constituindo-se em cursos profissionalizantes direcionados a trabalhadores com pouca escolaridade, como também o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR, no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), no período de 1995 a 2003, direcionado aos trabalhadores em situações de vulnerabilidade social que necessitavam de qualificação profissional. E, conforme Lima *et al* (2018) e Nunes *et al* (2020), mais recentemente no governo Dilma, com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC e a versão PRONATEC Campo realizado no meio rural. Tal marca, a de ser destinado prioritariamente aos mais pobres vulneráveis, explica o fato de a formação profissional ser muitas vezes objeto de discriminação social e de possuir um conteúdo instrumental. Essa constatação sugere, uma vez que se supõe implícita ou explicitamente, que esse público, fadado ao trabalho mais simples, não necessita de tanto capital intelectual para desenvolver suas habilidades profissionais (ARAÚJO, 2020).

Essas tais características também compõem o chamado “Sistema S”, como citado por Araújo (2020, p.233), “Essas marcas da educação profissional aparecem, também, no cerne da maior rede de educação profissional brasileira, o Sistema S, que reúne 3.431 unidades em todo o país, sendo formada pelas instituições privadas e vinculadas ao chamado “Sistema S”, composto por Senai (1942), Senac (1946), Sebrae (1972), Senar (1991), Senat (1993) e SESCOOP (1999)”.

A partir da década de 1970, e com o surgimento dos processos tecnológicos novos puxados mais pela atividade industrial cada vez mais intensa, surge também a necessidade de um novo perfil profissional capaz de acompanhar essas transformações e as mudanças diárias ocorridas no mundo do trabalho. Para este novo contexto, surge a formação profissional com base em competências, com a alteração de metodologias que visavam direcionar a prática e o aprendizado por parte dos trabalhadores de uma forma agora diferenciada. De acordo com Souza e Okçana (2010, p.289):

Diante das mudanças de mundo, o modelo de competência surgiu no contexto das reformas educacionais, e passa a ser utilizada na educação profissional, devido às mudanças no setor produtivo e como uma decorrência das mudanças no mundo do trabalho que direcionava para a necessidade de um novo perfil do trabalhador. Capacitar para a formação em competência pressupõe mudanças de alguns conceitos e práticas educacionais. Essa mudança significa, evolução dos valores construídos conforme modelos educacionais exitosos que se consolidaram em diversas instituições de ensino técnico e superior do nosso país, ao longo do tempo.



A formação profissional com base em competências, como abordado por Souza e Okçana (2010, p.289), “contribui para a formação de indivíduos capazes de mobilizar conhecimentos, habilidades, atitudes e valores diante das situações de vida profissional e pessoal”.

Diante dessas transformações, há uma transição do modelo Taylor/Fordista (considerado rígido), onde prevalecia o desenvolvimento de tarefas simples e repetitivas e atividades técnicas, individuais e especializadas, agora para o modelo toyotista (considerado mais flexível), onde prevalece o desenvolvimento de atividades variadas e complexas com a capacidade de iniciativa e tomada de decisões, trabalho em equipe e alto nível de conhecimento. Neste sentido mais flexível, passou-se a exigir um conjunto complexo de conhecimentos e habilidades, uma visão mais holística dos processos, muito além do tradicional repertório descritivo das qualificações (SOUZA e OKÇANA, 2010).

De acordo com Araújo (2020, p.235), a educação profissional no Brasil, instituída em 20 de dezembro e 1996, pela Lei nº9.394, deve disponibilizar três tipos de cursos:

I – Formação inicial e continuada ou qualificação profissional. Destinados a promover a inserção e reinserção de jovens e trabalhadores no mundo do trabalho. Isso inclui cursos de capacitação profissional, aperfeiçoamento e atualização profissional de trabalhadores em todos os níveis de escolaridade. Abrange cursos especiais, de livre oferta, abertos à comunidade, além de cursos de qualificação profissional integrados aos itinerários formativos do sistema educacional; II – Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Necessariamente articulada ao Ensino Médio, destinada à formação para o exercício de profissões técnicas, podendo ser realizado integradamente ou subsequente ao Ensino Médio; e III – Educação Profissional Tecnológica de Graduação e Pós-Graduação, ofertados na forma de cursos superiores de graduação tecnológica, destinados a formar tecnólogos e profissionais de Nível Superior.

A formação profissional no Brasil passou por diversas fases desde a sua institucionalização ainda no período colonial e imperial, onde no início desenvolveu um processo de dualidade entre um modelo de educação assistencialista direcionada a massa trabalhadora e a educação direcionada aos mais afortunados. Nesse sentido, com o declínio do modelo rígido Taylor/fordista de produção e com o processo de globalização mundial, o mercado passou a exigir um novo perfil do trabalhador, capaz de lidar com a resolução de problemas complexos e não mais com foco no trabalho repetível.

## COMPETÊNCIA PROFISSIONAL E CAPITAL HUMANO

A formação profissional com base em competências surgiu inicialmente nos EUA no início da década de 1970, e em 1980 na França. Neste último, surgiu em meio à crise siderúrgica naquele país o que levou ao questionamento da formação profissional do trabalhador buscando aproximar

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6746> | Edição Vol. 31, Núm. 57, 2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

as necessidades do mundo do trabalho as necessidades educacionais. Com o esgotamento do modo rígido de produção Taylor-fordista, o processo da globalização e o surgimento das novas tecnologias, nasce a necessidade de um novo perfil do trabalhador. Com o avanço dos processos de automação que promoveu a substituição da mão-de-obra pelas máquinas, o trabalho humano torna-se cada vez mais imaterial, de caráter cognitivo, com ênfase em atividades de concepção, planejamento, execução, controle e avaliação (ROVAI, 2014).

Nos anos 1980, essa evolução gera um acelerado processo de intercomunicação e interdependência das economias dos países desenvolvidos, com livre fluxo de capital, que repercute de modo drástico nos países em desenvolvimento, ou emergentes, como é o caso do Brasil, na medida em que traz novo impacto à economia local, impulsionando-a para uma integração ao mercado mundial. Estabelece-se um novo cenário no âmbito das relações internacionais e a globalização traz consigo a competitividade e obriga a revisar e introduzir outras formas de gestão nos processos de produção e comercialização, com o esgotamento do sistema de produção em massa e em série, de concepção taylorista (ROVAI, 2004, p. 3).

No modo rígido de produção Taylor-fordista, o trabalhador era qualificado (ou praticamente adestrado) para desenvolver técnicas repetitivas em um dado local de trabalho não possuindo contato com as demais técnicas e processo de montagem como um todo. Atualmente os trabalhadores tem que lidar com a evolução tecnológica constante, onde o perfil profissional anterior não mais se encaixa.

Para as qualificações em geral, apenas uma minoria de trabalhadores precisava desenvolver competências profissionais em níveis de maior complexidade. Assim, o monopólio do conhecimento técnico e organizacional, quase sempre, cabia apenas aos trabalhadores de nível gerencial. Nesse contexto, a baixa escolaridade da massa trabalhadora não era considerada entrave para o desenvolvimento econômico do país. Paulatinamente, essa visão foi se modificando, embora de forma lenta, tanto por ampliação e ou criação de redes de escolas profissionais, quanto pela necessidade do próprio mercado de trabalho, que passa a requerer perfis profissionais diferenciados daqueles formados em treinamentos operacionais para uma produção em série e padronizada, focada no desempenho de tarefas simples, rotineiras e previamente especificadas e delimitadas (SENAR, 2013, s/p).

No Brasil, a discussão em torno da formação profissional com base em competência teve início em 1980, período em que o país passava por intensa crise econômica com altos índices de desemprego e inflação. Diante desse cenário de intensa recessão da economia, desencadeou-se uma série de medidas, inclusive no campo da educação dos trabalhadores.

É nesse panorama do fim da década de 1980 e início da década de 1990, caracterizado pelo incremento da crise do modelo Taylor-Fordista de produção, do fenômeno do desemprego estrutural, da emersão de novas formas de trabalho e interação social baseadas no uso intensivo da tecnologia, da globalização dos mercados e flexibilização dos setores produtivos, que a ideia da competência, em franco debate na comunidade acadêmica, fixa sua trajetória no terreno da educação profissional (SENAC/DN, 2015, s/p).

O termo competência surge como uma forma de superação no tocante a educação formal que possui como objetivo central apenas o repasse de conteúdo sem o desenvolvimento do fazer. Na literatura sobre competências na educação geral, o surgimento do termo vem como proposta de superação a uma prática educativa mais voltada a transmitir conteúdos, mas afastada do desenvolvimento da capacidade de aplica-los (SENAR, 2013).

No SENAR (2013, p. 49) o termo competência pode ser entendido como: “Um conjunto identificável de conhecimentos (saber), habilidades (saber-fazer) e atitudes (saber-ser e conviver) que, mobilizados, permitem desempenho autônomo e eficaz no campo de atuação profissional”. Ainda para o SENAR (2013, p.50), “a competência só é desempenhada em uma situação real de trabalho se houver a mobilização de conhecimentos, habilidades e atitudes para resolvê-lo”.

A definição de competências profissionais muito se assemelha a perspectiva do capital humano, uma vez que, as duas abordagens concentram-se no próprio indivíduo. Nas últimas décadas, conforme Nunes *et al* (2020), notou-se a importância dos investimentos em capital humano e de como este último, como fator indispensável para crescentes níveis de produção, contribui com o crescimento e conseqüentemente com o desenvolvimento de uma nação. A abordagem sobre o capital humano trata da educação como fator de produção, a exemplo do que defendido por Schultz (1973), um dos pioneiros e ícones sobre a temática que aponta para os investimentos em conhecimentos e em capacidades técnicas como fatores fundamentais e determinantes no índice de crescimento econômico.

À medida que os investimentos em capacitações aumentam, o nível de produtividade do trabalhador também aumenta, traduzindo-se em seguida em taxas de rendimentos positivas, o que corresponde a uma correlação positiva entre educação e produtividade. De acordo com Schultz (1973, p.52) “sem o investimento em capital humano, haveria apenas o trabalho rude, manual e a pobreza, com exceção daqueles que possuem renda advinda da propriedade”.

A Teoria do capital humano introduziu a heterogeneidade no que concerne à mão de-obra, centrando-se na educação para a aquisição de competências e estabelecendo assim uma correlação positiva entre o nível de educação e o nível de produtividade. “Esta abordagem trouxe uma maior preocupação no que diz respeito a problemas de inadequação de competências” (LOURENÇO, 2015, p. 7).

Schultz (1973, p.53), classifica o capital humano como sendo sua principal característica advinda do homem:

É humano porquanto se acha configurado no homem, e é capital porque é uma fonte de satisfações futuras, ou de futuros rendimentos, ou ambas as coisas. Onde os homens sejam pessoas livres, o capital humano não é um ativo negociável, no sentido de que possa ser vendido. Pode, sem dúvida, ser adquirido, não como um elemento de ativo que se adquire no mercado, mas por intermédio de um investimento no próprio indivíduo. Segue-se que nenhuma pessoa pode separar-se a si mesma do Capital Humano que possui. Tem de acompanhar, sempre, o seu Capital Humano, quer o sirva na produção ou no consumo.

Para Cabral, Silva e Silva (2016) a relação entre capital humano e desenvolvimento econômico aconteceria da seguinte forma: um acréscimo marginal de escolaridade corresponderia a um acréscimo marginal de produtividade; a renda é função da educação. “Sendo assim, se torna um eficiente instrumento de distribuição de renda e de equalização social. O cálculo da rentabilidade estaria vinculado à diferença da renda provável das pessoas que se escolarizaram e das outras que não o fizeram” (CABRAL, SILVA e SILVA, 2016, p.37).

Para Lourenço (2015, p.4), “o capital humano se constitui em um dos principais fatores no alcance do desenvolvimento econômico de determinados países e as disparidades que ocorrem entre algumas nações pelo fato de algumas serem mais evoluídas do que outras possui como um dos principais fatores as disparidades educacionais”. O baixo índice educacional se torna um entrave para o desenvolvimento econômico, e são necessárias estratégias para superar essa limitação. Assim, uma cada vez mais ampla e eficiente política educativa dependerá indubitavelmente das razões que conduzem a educação e a formação no sentido de promover o crescimento, bem como dos mecanismos e processos através dos quais a educação se traduz no desenvolvimento e aumento da produtividade e da rentabilidade (LOURENÇO, 2015).

Para Mincer (1958) além do capital físico, havia outro fator que deveria ser considerado no processo de crescimento econômico e que incorporava os fatores de produção. Somente o capital físico era insuficiente para explicar a elevação do crescimento econômico e da produtividade que ocorria em alguns países e regiões. Sendo assim, o autor concluiu que os rendimentos pessoais estavam relacionados diretamente com os investimentos em capital humano, dos quais impactavam na produtividade e no crescimento econômico.

Schultz (1973) aborda o efeito direto dos níveis de escolaridade sobre os rendimentos dos indivíduos e suas famílias. Os indivíduos investem em capacitações particulares (médicos, engenheiros, economistas, advogados, arquitetos, administradores, etc.), apostando em retornos positivos futuros. Segundo o autor, a educação pode ser vista como consumo por trazer bem-estar, mas não retorno imediato ou como rendimento, onde se transformará em retorno futuro. A educação também pode fazer progredir as capacitações das pessoas e, desta forma, incrementar os seus futuros rendimentos (SCHULTZ, 1973).

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6746> | Edição Vol. 31, Núm. 57, 2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ainda para o autor a educação tornou-se fator determinante do crescimento econômico, pois esse último seria impossível se o capital humano fosse composto por analfabetos:

A educação tornou-se uma fonte de maior importância para o crescimento econômico ao conquistar a abundância que terá de haver, ao desenvolver-se uma agricultura e uma indústria modernas. Simplesmente não seria possível ter-se uma tal abundância se as pessoas fossem predominantemente analfabetas ou sem qualquer capacitação técnica. A educação, por conseguinte, além do acréscimo em apresentar altos valores culturais, é efetivamente também um investimento nas pessoas, à medida que afeiçoa as suas capacitações e, portanto, aumenta os futuros rendimentos a serem auferidos pelos indivíduos (SCHULT, 1973, p.60).

Dessa forma, o capital humano se encaixa bem numa função de produção contribuindo com a produtividade, dando-nos a confiança de que, o trabalho com carga educacional pesa na produção final. A formação profissional por competências e os investimentos em capital humano muito se assemelham uma vez que ambos se concentram nos investimentos em educação/qualificação/treinamento e no próprio indivíduo para o alcance produtivo.

## METODOLOGIA

De acordo com Nunes *et al* (2015), desde o ano de 2003 a governança da Política Nacional de Desenvolvimento Territorial aconteceu em nível de coordenação pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), e em nível de compartilhamento pelos territórios rurais e da cidadania nos estados e municípios brasileiros. Essa estrutura de governança tinha como finalidade o desafio da construção de bases de conhecimentos e de competências, com o intuito de possibilitar nos territórios níveis cada vez mais elevados de competitividade numa perspectiva cooperativa, onde o desenvolvimento pudesse acontecer com participação social. Uma das expectativas estava na aposta da possibilidade do rompimento com o caráter setorial da agricultura familiar, e a perspectiva territorial surgia como nível de compartilhamento e unidade de gestão capaz de permitir a integração de uma dinâmica multissetorial por meio das dimensões econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais.

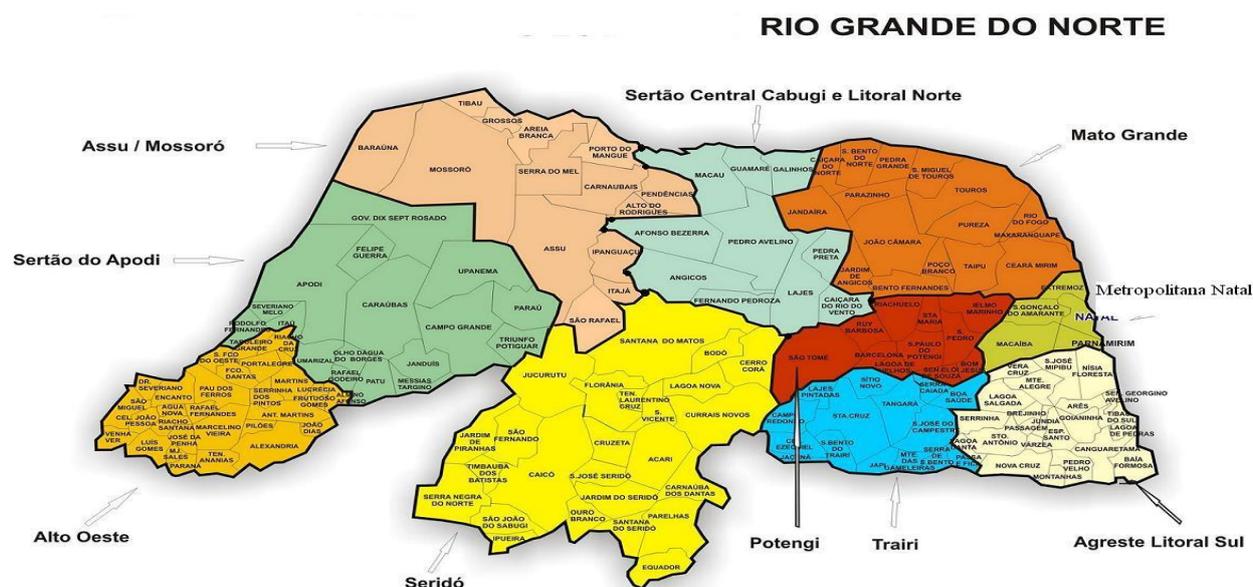
E para o âmbito territorial, segundo Nunes *et al* (2015) e Nunes *et al* (2019), inúmeras políticas foram adotadas e destinadas para reforçar a identidade e qualificação dos atores, especialmente agricultores familiares e suas organizações coletivas, no sentido de obter cada vez maiores níveis de produtividade por parte dos projetos econômicos implantados, assim como níveis crescentes de renda de oportunidades cada vez mais dignas no meio rural. Para isso a SDT/MDA desenvolveu o recorte territorial, que é o adotado como elemento na metodologia deste trabalho, quanto às ações de qualificação desenvolvidas pelo SENAR no Rio Grande do Norte.



O presente trabalho possui como área de estudo o recorte territorial da SDT/MDA no Rio Grande do Norte, estado em que se encontra inserida a unidade regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR. O Estado, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2019), é composto por 167 municípios e abrange uma área territorial de 52.809,602 km<sup>2</sup> possuindo uma população de aproximadamente 3.506.853 habitantes.

O método adotado neste trabalho é o comparativo, uma vez que, procurou comparar o alcance do SENAR/RN quanto a oferta de cursos nos territórios do estado, a unidade de análise é a ação de formação do SENAR, e a pesquisa é considerada descritiva com características qualitativas. O ambiente empírico (objeto de análise) é constituído pelos dez territórios rurais e da cidadania do Rio Grande do Norte, quais sejam: Açú-Mossoró, Alto Oeste Potiguar, Sertão do Apodi, Sertão Central Cabugi e Litoral Norte, Seridó, Mato Grande, Potengi, Terra dos Potiguaras, Trairi e Agreste Litoral Sul como mostra a figura 1 abaixo.

**Figura 1:** territórios do Rio Grande do Norte.



**Fonte:** Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), 2010.

Os dados utilizados na presente pesquisa foram coletados nos meios de divulgação do SENAR/RN, como sites e relatórios de gestão, como também, a partir do diálogo com colaboradores da instituição localizada na capital do estado, Natal e o tratamento dos dados foram realizados no software Excel 2013 para um melhor resultado e análise. O presente trabalho caracteriza-se como bibliográfico, uma vez que, baseou-se na literatura existente e na utilização de artigos e livros com a temática trabalhada com os temas: formação profissional no Brasil,

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6746> | Edição Vol. 31, Núm. 57, 2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

competências e capital humano e trata-se de uma pesquisa descritivo-exploratório, que para Gil (2008), são as técnicas mais utilizadas nas pesquisas de caráter social e possuem o intuito de descrever sobre as características de um grupo ou fenômeno específico.

## O SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL (SENAR) NOS TERRITÓRIOS RURAIS E DA CIDADANIA DO RIO GRANDE DO NORTE

O processo formativo do SENAR/RN é desenvolvido tendo como base a pedagogia com base em competências onde há o estímulo de conhecimentos (saber), habilidades (saber-fazer) e atitudes (saber-ser) que devem ser estimuladas considerando as funções e subfunções demandas pelo mundo do trabalho para a ocupação de cargos específicos. A entidade disponibiliza cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), Educação Profissional Técnica e de Nível Médio e Educação Profissional Tecnológica de Graduação e Pós-Graduação. A construção metodológica do SENAR baseou-se na metodologia de Formação Profissional do SENAI para a sua construção. Como citado pelo SENAR (2013) uma das formas de se trabalhar competências na educação profissional do SENAR foi inspirada nas metodologias SENAI para a Formação Profissional com base em competências, mas adaptadas à realidade institucional e as peculiaridades do meio rural.

O Gráfico 1 mostra o Perfil Profissional dos profissionais que atuam no SENAR/RN e são responsáveis pelo processo formativo dos trabalhadores rurais.

**Gráfico 1:** formação profissional dos técnicos.

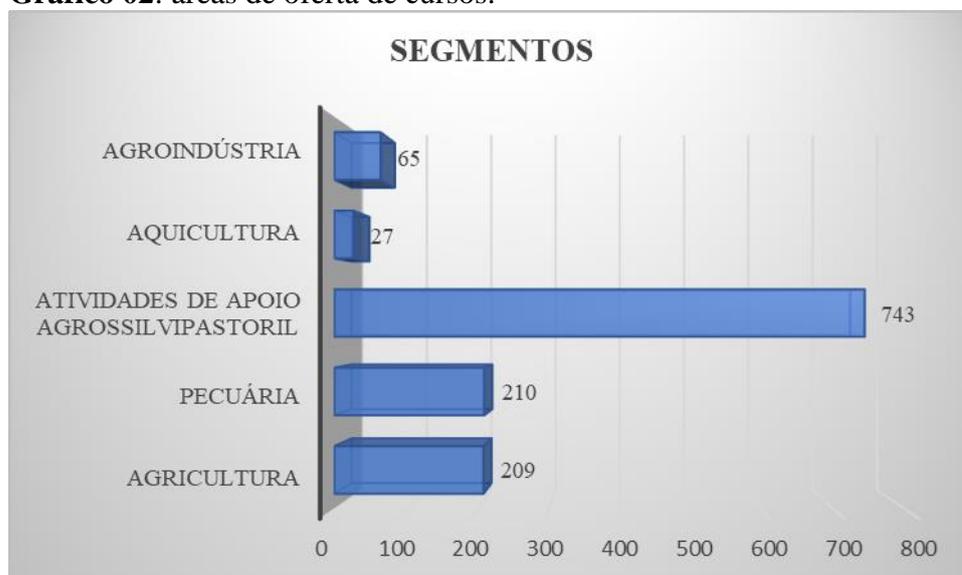


**Fonte:** SENAR/RN (2021).

Os docentes que atuam na entidade e são responsáveis pelo processo de ensino e aprendizagem dos trabalhadores e produtores rurais estão divididos em técnicos de nível médio (5) e técnicos de nível superior (15). A maioria dos profissionais que atuam na instituição, como mostra o gráfico acima, possuem alguma formação de nível superior, uma vez que, para que haja efetividade no processo formativo dos alunos se faz necessário profissionais qualificados que estimulem os conhecimentos, habilidades e atitudes do aluno e promova a capacidade de aplica-los a sua realidade. Os profissionais que possuem ensino superior são graduados nos cursos de Pedagogia, Administração, Veterinária, Contabilidade, Zootecnia e Advocacia. Corroborando com Schultz (1973) há um efeito da escolaridade sobre os rendimentos, para ele os indivíduos investem em capacitações particulares (médicos, engenheiros, advogados, etc.), visando retornos futuros.

O Gráfico 2 demonstra em quais segmentos os cursos de formação profissional do SENAR/RN foram disponibilizados no ano de 2020 e em qual segmento houve um maior número de participantes referente aos municípios atendidos no Estado.

**Gráfico 02:** áreas de oferta de cursos.



Fonte: SENAR/RN (2021).

A partir do gráfico 2 observou-se que o segmento que mais demandou cursos de qualificação por parte dos municípios atendidos foram cursos ligados a Atividades de Apoio Agrossilvipastoril com 743 alunos matriculados, o que abrange atividades que se referem a prática agrícola sustentável. Em seguida o segmento da Pecuária com 210 participantes, e está relacionada a atividades ligadas a criação de animais; o segmento da Agricultura com 209, com atividades

relacionada ao cultivo e manutenção da terra; ao segmento da Agroindústria com 65 participantes, com atividades ligadas a produção com a utilização intensiva de tecnologias e o segmento da Aquicultura com 27 participantes, com atividades relacionadas ao cultivo de animais aquáticos. O que demonstra uma preocupação dos trabalhadores na aquisição de conhecimentos e técnicas a serem aplicadas na propriedade e em atividades produtivas.

O quadro 1 demonstra o alcance dos cursos de formação profissional disponibilizados pelo SENAR/RN no período referente ao ano de 2020 por território, como também o número de participantes nos cursos por município e o total de participantes por território. Vale ressaltar que, apesar da unidade regional do SENAR no Estado do Rio Grande do Norte estar localizada apenas na capital, Natal, os cursos são ofertados no Estado todo, como mostra o quadro abaixo, conforme demanda dos parceiros/contribuintes da entidade.

**Quadro 1:** número de participantes por município.

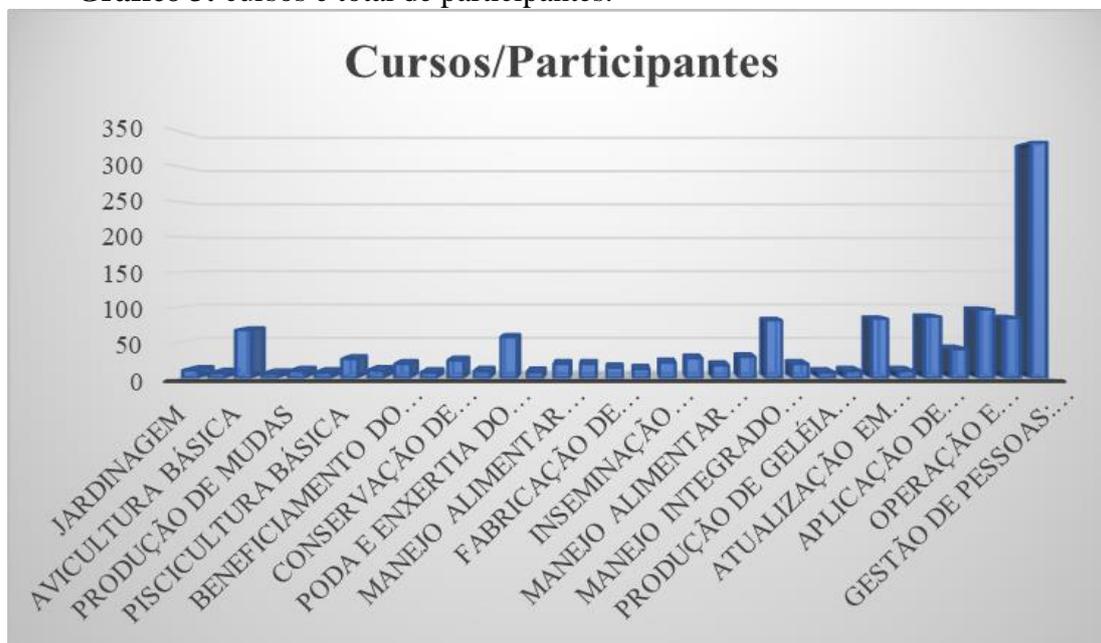
Territórios	Municípios/Nº Participantes	Total/Território
Açu-Mossoró	Mossoró (413), Açu (10), São Rafael (6), Ipangaçu (85), Baraúna (70), Serra do Mel (16), Alto do Rodrigues (18)	<b>618</b>
Alto Oeste	José da Penha (30), Marcelino Vieira (10), Rafael Fernandes (10), Marcelino Vieira (10), Paraná (25)	<b>85</b>
Sertão do Apodi	Apodi (101), Severiano Melo (10), Paraú (10), Governador Dix-Sept Rosado (30), Campo Grande (8), Paraú (10)	<b>169</b>
Sertão Central Cabugi e Litoral Norte	Afonso Bezerra (25), Lajes (93), Macau (10)	<b>128</b>
Mato Grande	Ceará-Mirim (14), Jandaíra (20), Touros (10), Ceará-Mirim (14)	<b>58</b>
Seridó	São João do Sabugi (13), Carnaúba dos Dantas (9), Tenente Laurentino Cruz (8), Florânia (18), Jardim do Seridó (16)	<b>64</b>
Trairi	Carnaúba dos Dantas (9), Tenente Laurentino Cruz (8), Serra Caiada (10)	<b>27</b>
Potengi	Jaçanã (28), Ruy Barbosa (26), Barcelona (11), São Tomé (11), Lagoa de Velhos (5), Ielmo Marinho (18)	<b>88</b>
Terra dos Potiguaras	-	-
Agreste Litoral Sul	Baía Formosa (30), Santo Antônio (33), Goianinha (14), Baía Formosa (30)	<b>107</b>
Total		<b>1.344</b>

Fonte: SENAR/RN (2021).

A partir das informações contidas no quadro acima constatou-se que o território que obteve um maior número de participante nos cursos do SENAR/RN no ano de 2020 foi o Açu-Mossoró com 618 participantes. Em seguida o território Sertão do Apodi com 169 participantes e o território Sertão Central Cabugi com 128. A concentração de participantes no território Açu-Mossoró pode ser explicada devido a sua extensão territorial, como também, pela concentração de grandes empreendimentos rurais e por ser a segunda maior cidade do Estado, o que somou 413 participantes somente naquela localidade no ano de 2020. O Gráfico 3 mostra os cursos que foram

disponibilizados nos referentes territórios e municípios citados anteriormente e o número de participantes, no total foram disponibilizados 33 cursos no Estado.

**Gráfico 3:** cursos e total de participantes.



Fonte: SENAR/RN (2021).

A partir do gráfico 3 observou-se uma maior demanda pelo curso de Gestão de Pessoas: O Assédio e Suas Implicações com 334 participantes. Logo em seguida os cursos de Operação e Manutenção de Tratores e Arados Agrícolas com 97 participantes e Aplicação de Agrotóxicos com Pulverizador Costal com 87 participantes, ambos os cursos, são voltados para a aceleração da produção agrícola, exceto o de Gestão de Pessoas, que conscientizam os trabalhadores a se portarem frente os problemas de assédio.

#### **Quadro 2:** Cursos Ofertados e Total de Participantes.

Os demais cursos foram: Jardinagem (11), Sistema de Podas (7), Avicultura Básica (68), Cipa Trabalho Rural (6), Produção de Mudanças (10), piscicultura básica (8), piscicultura básica (27), suinocultura básica (11), beneficiamento do caju (20), piscicultura orgânica (8), conservação de forragem (25), processamento da mandioca (10), poda e enxertia do cajueiro (58), relacionamento interpessoal (9), manejo alimentar para bovinos (20), beneficiamento da cera apícola (20), fabricação de doces e salgados (15), plantio e manejo da palma adensada (13), inseminação artificial em bovinos (22), manejo sanitário em bovino de leite (28), manejo alimentar para caprinos e ovinos (28), Oficina: Potencial da Citricultura no RN (30), manejo integrado de pragas na fruticultura (82), operação e manutenção de empilhadeira (20), produção de geleia real e

abelha rainha (8), fabricação de produtos derivados do leite (10), atualização em aplicação de agrotóxicos (84), fabricação de produtos derivados da mandioca (10), operação e manutenção de sistemas de irrigação (41), aplicação de agrotóxicos com pulverizadores tratorizados (85).

Fonte: SENAR/RN (2021).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório o papel do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR na formação profissional dos trabalhadores e apoio técnico aos produtores que atuam no meio rural, onde na maioria dos casos o único contato que o pequeno produtor e o trabalhador possuem com a educação e formação é através dessas instituições. No ano de 2020 o SENAR/RN abrangeu 43 municípios em todo o território do estado do Rio Grande do Norte, alcançando um total de 1.344 participantes e a disponibilização de 33 cursos no total. Vale ressaltar o fato da crise gerada pelo vírus da Covid-19 que afetou as atividades sociais e econômicas em proporção nacional, mas que ainda assim não interferiu de modo intenso nas atividades da entidade.

A relação entre educação e trabalho destacada no referencial teórico constata que foi iniciada ainda no período da revolução industrial inglesa, mas que a educação para o trabalhador inserido no meio rural aconteceu de modo mais tardio mantendo assim as técnicas arcaicas no cultivo e a pouca preparação, especialmente dos agricultores familiares. As primeiras políticas de educação rural surgiram no século XX afim de reduzir o elevado movimento migratório do campo para a cidade, e elevar os níveis de produção e da produtividade. A pesquisa constatou que os baixos índices educacionais são considerados um entrave no processo de crescimento e, conseqüentemente, no desenvolvimento econômico das nações, uma vez que, há uma correlação positiva entre educação e produtividade, onde um incremento a mais de educação influencia diretamente na produtividade e renda do indivíduo.

Dessa forma, as instituições privadas de formação profissional que constituem o Sistema S, a exemplo do SENAR/RN, atuam no sentido de reduzir as disparidades dos níveis de renda causados pelos baixos índices educacionais dos atores inseridos no campo e contribuem para uma maior equidade e maiores condições de vida. Concluindo, apesar das dificuldades impostas pela pandemia da COVID-19, em que levou à redução das atividades do SENAR no Rio Grande do Norte, as suas ações de capacitação tiveram um alcance significativo quanto a levar formação profissional nos dez territórios rurais e da cidadania.



Enfim, cabe aqui a sugestão de ampliar cada vez mais a agenda de estudos e pesquisas sobre os impactos e reflexos das ações de formação para capacitar o capital humano e obter crescentes níveis de produtividade e de rentabilidade, e destacar a importância dos processos de qualificação profissional com continuidade no meio rural. Isso considerando que é a partir da oferta de cursos de formação profissional e do apoio ao pequeno produtor, que o papel desempenhado pelo SENAR-RN é o de promover a organização coletiva, aperfeiçoar as estruturas de gestão e executar a formação profissional na perspectiva de alcance de níveis crescentes de produtividade das atividades no meio rural e de rendimentos maiores para os trabalhadores.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. M. L. A Formação Profissional no Brasil: Aspectos Históricos, Opções Políticas e Metodológicas. **Revista Humanidades e Inovação**. v. 7. N, 12, 2020.

BECKER, Gary S. Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education. 1 ed. Chicago: 1964.  
Brasil. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Brasília: SENAR, 1.ed, 108, p. 2013.

CABRAL, A.; SILVA, C. L. M.; e SILVA. L. F. L. Teoria do Capital Humano, Educação, Desenvolvimento Econômico e suas Implicações na Formação de Professores. *Revista Principia*. João Pessoa: n.32, 2016. Disponível em:<<https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/viewFile/1070/575>>. Acesso em 16 de maio de 2020.

GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. **O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil**. Núcleo de Estudos da UFMG. Belo Horizonte: Unisinos, n. 2, set 2000. Disponível em:<<http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/0904t.PDF>>. Acessado em 09 de março de 2021.

GIL, Antônio. Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados**, 2019.

LIMA, M. E. S.; NUNES, E. M.; ALVES, A. G. M.; MONTEIRO, C. R.; ARAUJO, I. J. Dinâmica e evolução do PRONATEC Campo na agricultura familiar dos Territórios rurais do Rio Grande do Norte. In: XIII SOBER NE, 2018, Juazeiro, BA. DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO NO SEMIÁRIDO. Brasília: **Sober**, 2018. v. 1. p. 1-20.

LOURENÇO, T. M. S. P. **A Importância da Formação Profissional enquanto Investimento em Capital Humano**. 2015. 59 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Portugal, 2015.



NUNES, E. M.; SILVA, V. M.; SA, V. C. Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): formação e conhecimentos para a agricultura familiar do Rio Grande do Norte. **REDES (SANTA CRUZ DO SUL. IMPRESSO)**, v. 25, p. 458-482, 2020.

NUNES, E. M.; GONDIM, M. F. R.; SILVA, M. R. F. Identidade e reestruturação produtiva nos territórios Açu-Mossoró e Sertão do Apodi, no Rio Grande do Norte. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 27, p. 137-166, 2019.

NUNES, E. M.; TÔRRES, F. L.; SILVA, M. R. F.; SÁ, V. C.; GODEIRO-NUNES, K. F. Dinamização Econômica e Agricultura Familiar: limites e desafios do apoio a Projetos de Infraestrutura (Proinf) em territórios rurais do Nordeste. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 53, p. 529-554, 2015.

NUNES, E. M.; SCHNEIDER, S.; MATOS FILHO, J.; GODEIRO, K. F.; AQUINO, J. R. Políticas Agrárias e Agrícolas no Contexto do Desenvolvimento do Nordeste: evolução, desafios e perspectivas. **Planejamento e Políticas Públicas**, v. 43, p. 89-124, 2014.

PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável dos territórios do Rio Grande do Norte. Natal: **Instituto de Desenvolvimento Sustentável, IDS**, 2010.

SCHULTZ, T. W. **O Capital Humano**: 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Disponível em: <[www.senarn.com.br](http://www.senarn.com.br)>. Acesso em 13/04/2021.

SOUZA, L. A. S. OKÇANA, B. A FORMAÇÃO POR BASE EM COMPETÊNCIAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL FRENTE ÀS NOVAS TECNOLOGIAS. **Revista Eletrônica de Educação e Tecnologia do SENAI-SP**. v.8, n.8, mar. 2010.

